



Compadrio escravo: uma análise através das visitas paroquiais (Santa Maria, século XIX)

LETÍCIA BATISTELLA SILVEIRA GUTERRES*

Introdução

Este texto traz parte dos resultados de tese de Doutorado, em seu terceiro capítulo, cuja proposta fundamental esteve direcionada à análise dos laços de compadrio escravo. Através dos batizados realizados em visitas paroquiais, em Santa Maria, região central da Província de São Pedro, entre os anos de 1844 e 1882, buscou-se analisar o funcionamento do apadrinhamento das famílias escravas de Cipriano Teixeira Cezar (ao longo de mais de uma geração), assim como de membros de sua família e vizinhança. Procurou-se, nesse sentido, observar outros elementos, para além dos demográficos, na opção pelas escolhas que envolviam o parentesco fictício das famílias escravas de seu plantel.

Ligeiro perfil da população escrava santamariense

Durante o período em que esteve centrado este estudo, a Província do Rio Grande de São Pedro contava com uma queda progressiva em seu número de escravos, via tráfico interno, para outras províncias brasileiras. Em 1859, a população escrava da província somava 70.595; em 1872, este número cai para 69.138; em 1884, 62.231; em 1885, 22.042; em 1887, 7.901¹. Santa Maria contrariou a lógica do tráfico interprovincial, refletido pelo fim do tráfico internacional de escravos², onde o declínio da escravaria riograndense atingiu o percentual de 38,9%, considerado por Robert Conrad (1975) como o quinto mais elevado do Brasil. Conforme demonstram os dados dos censos, ainda que a representatividade dos escravos em relação à

* Professora Adjunta da Unespar, Doutora em História Social, Capes.

¹ Os dados foram retirados de PERUSSATO, Melina K. **Como se de ventre livre nascesse**. Experiências de cativeiro, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. Rio Pardo/RS. 1860-1888. Dissertação de Mestrado – UNISINOS, 2010, p.53.

² CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil**. 1850-1888. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. Mais especificamente tratando da temática em torno do tráfico de negros entre a África e o Rio de Janeiro, ver: FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790- c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

totalidade da população santamariense tenha diminuído no intervalo da realização dos censos de 1859 e o de 1872, essa população cresceu 24% (de 966 para 1.204).

Os dados de africanidade registrados tanto no censo de 1872 quanto nos assentos batismais que cobrem o período deste estudo, apontam para uma população escrava majoritariamente nascida no Brasil, já que os africanos não representaram (ao longo de todo o período analisado) mais que 1% da população escrava local.

O levantamento das alforrias, que eram em menor número na década anterior à realização do censo de 1872 indicam que o aumento no número de escravos no intervalo entre os censos de 1859 e 1872 não estavam relacionadas a um arrefecimento das mesmas neste período. Igualmente constatou-se que o maior número de pardas entre as mulheres esteve entre os anos de 1862 e 1866, na faixa etária entre os 6 e os 10 anos de idade. Estes dados, de certa forma reforçam a ideia de que a presença de pardos nessa população, antes do ano de 1871, pouco esteve relacionada às alforrias. Quanto às cativas designadas pretas, a faixa etária preponderante entre um e os cinco anos de idade ocorreu no período entre os anos de 1867 e 1871, portanto, também anterior à Lei do Ventre Livre. Embora as mulheres pretas ainda fossem frequentes até a idade dos 20 anos.

Ainda, de acordo com o recenseamento, em 1872, 25,2% das mulheres escravas estavam em faixa etária jovem e, supõem-se, aptas a gerar filhos³. Se ampliarmos esta faixa até os 30 anos de idade, 34,4% das escravas estariam nesta faixa jovem, ao que se pode concluir que estas mulheres podem ter tido importância para o aumento no número de escravos, em 24%⁴ constatado no intervalo entre a realização dos censos. Ainda, 48,3% das mulheres escravas, estavam nas faixas etárias entre 1 à 15 anos de idade, portanto, destaca-se a importância dos nascimentos no aumento da escravaria. Santa Maria, portanto, assim como outras regiões brasileiras⁵ neste período de recrudescimento da escravidão nas Américas teve o aumento de

³ A ausência, nos registros batismais, de dados referentes à idade das mães dos batizados nos impediu de realizar o cruzamento com os dados do censo de 1872.

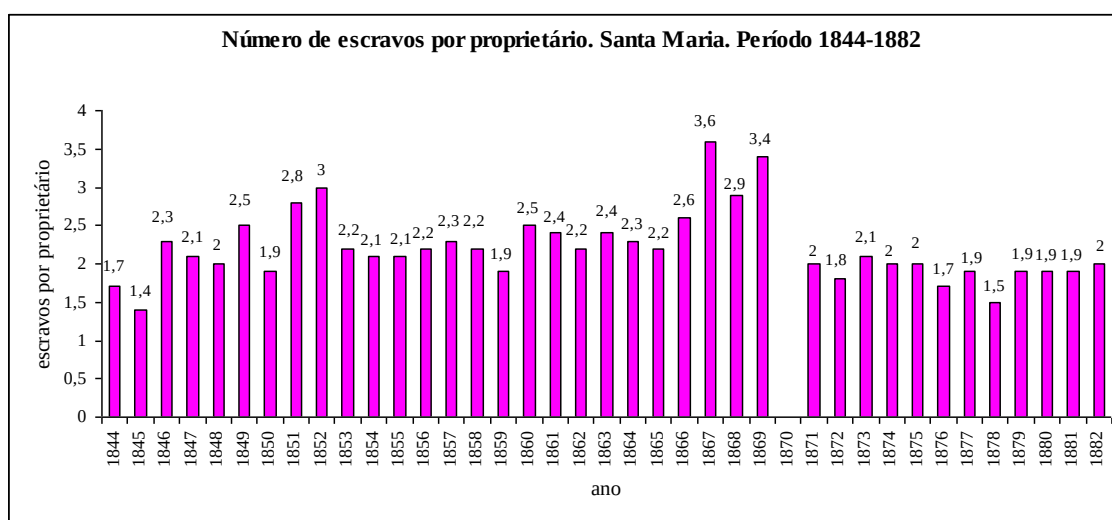
⁴ Ver gráficos em anexo 8 com a pirâmide de idades da população escrava da paróquia nos anos de 1858 e em 1872. Cf. BELINAZO, Terezinha. **A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte (1844-1882)**. Santa Maria: UFSM – Dissertação de Mestrado, 1981, . p.78.

⁵ SANTANA, Napoliana Pereira. *“Nasceo M. [Minha] cria”*: família escrava e reprodução natural no Sertão do São Francisco (Urubu, 1840-1880). In: Anais I Seminário do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem:

sua população escrava associado à reprodução endógena, reforçando a hipótese da escravidão brasileira em certas áreas brasileiras ter-se reproduzido dissociada do tráfico, ou, dito de outra forma, não exclusivamente dele dependente.

Santa Maria também não é atípica quanto às características da estrutura de posse de escravos, quando comparada a outras regiões brasileiras no mesmo período⁶, ou seja, era conformada por pequenos planteis e pela desconcentração da propriedade escrava.

Tabela 1. Número de escravos por proprietários. Santa Maria (1844-1882)



os sertões da Bahia. Caetité, V.1, n.1, Out. 2011. CAMPOS, Adriana Pereira. **Escravidão, reprodução endógena e criouliização: o caso do Espírito Santos nos Oitocentos.** Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 84-96.

⁶ O perfil de estrutura de posse de escravos em Santa Maria reitera um perfil observado desde o século XVIII para a Província do Rio Grande de São Pedro: “No Rio Grande, predominaram os planteis de até 4 escravos (52%); na verdade, 78% dos proprietários detinham no máximo nove escravos, o que para o restante da América portuguesa os classificaria como pequenos proprietários de escravos.” OSÓRIO, Helen. **Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial.** Acessível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-09.pdf> Este padrão de pequenos planteis não esteve restrito à regiões fora do padrão agroexportador. Em regiões de grande lavoura, onde a média de posse é elevada, no que resulta uma classificação de maiores proporções. Na região agro-exportadora de Campinas, Slenes (1999, p.71,72) classificou como pequenos planteis (1-9), médios (10-49) e grandes (mais de 50). Florentino e Góes (1997) em estudo da grande lavoura fluminense classificaram como pequeno (1-9), médio (10-20), grande (mais de 20). Em regiões de abastecimento, os padrões tendem a ser menores. Para este estudo, nos utilizamos dos padrões definidos por Kulzer (2009): Pequenas escravarias (1 à 5 escravos); médias (6-9) e grandes (mais de 10 escravos). KULZER, Glaucia. **De sacramento à Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX).** Dissertação de Mestrado – UNISINOS. São Leopoldo, 2009.

Fonte: Registro de batismo. Santa Maria. 1844-1882. ACDSM.

Pode-se ver que a média de escravos manteve-se razoavelmente constante, com cerca de dois escravos por proprietário até o ano de 1866, quando sobe ligeiramente entre os anos de 1867 e 1869, período que antecedeu à Lei do Ventre Livre. A partir de 1870, a média cai um pouco, embora mantenha-se um relativo padrão de equilíbrio até o final do período analisado, de dois escravos por proprietário.

Quadro 1. Número e percentual de proprietários e de escravos nas categorias do tamanho da escravaria nos três períodos. Santa Maria. (1844-1882)

	Proprietários	% de proprietários	Escravos	% de escravos
Período 1844-1849	320	100,0	431	100,0
Escravaria				
1-4	317	99,1	411	95,4
5-9	3	0,9	20	4,6
10 ou mais	0	0,0	0	0,0
Período 1850-1870	1032	100,0	2249	100,0
Escravaria				
1-4	985	95,4	1931	85,9
5-9	42	4,1	247	11,0
10 ou mais	5	0,5	71	3,1
Período 1871-1882	412	100,0	479	100,0
Escravaria				
1-4	411	99,8	473	98,7
5-9	1	0,2	6	1,3
10 ou mais	0	0,0	0	0,0

Fonte: Registros de batismo de escravos. Santa Maria. 1844-1882. ACDSM.

Através do quadro acima também pode-se constatar que a grande maioria dos escravos pertencia às pequenas escravarias, o que ocorreu em todos os períodos destacados. Entre os anos de 1850 e 1870, momento em que os médios e grandes proprietários ganham visibilidade, mesmo assim, é na pequena propriedade onde esteve 85,9% dos cativos contabilizados. Nem mesmo nas décadas e anos que antecederam à abolição da escravidão este perfil foi alterado. Ao contrário, entre os anos de 1871 e 1882, os escravos estiveram mais fortemente desconcentrados entre os escravistas locais, somando nos plantéis pequenos quase 99% do total

de escravos contabilizados. Nem o aumento no preço dos escravos⁷ ou outros eventos legais que anunciavam que a escravidão estava condenada resultaram na concentração da propriedade escrava. Ao contrário, até os últimos anos que antecederam a abolição da escravidão brasileira, ela não perdeu em importância, sugerindo que em um largo espectro daquela sociedade, as relações escravistas estivessem fortemente presentes, influenciando todos os aspectos sociais.

As visitas paroquiais

O levantamento e análise dos registros batismais de Santa Maria revelou a existência de uma informação que mostrou-se importante veículo para a compreensão do funcionamento das associações familiares e de vizinhança naquela localidade. Trata-se da referência presente em alguns dos assentos, de sua ocorrência “em visita paroquial”, ou seja, através da iniciativa do pároco em deslocar-se até a residência de determinados sujeitos, onde este confirmava rituais de nascimento e casamento.

Ao longo dos anos de 1844 e 1882 foi possível observar 18 visitas às propriedades de sujeitos que tinham em São Pedro estabelecido seus locais de residência. Analisá-las em uma mesma área geográfica (São Pedro do Sul) possibilitou colocar à prova a hipótese da influência das relações de vizinhança ou consanguinidade nos laços de parentesco fictício envolvendo os cativos daquele local. Na ocasião, São Pedro englobava a área que correspondia ao território santamariense. Ficava há cerca de 12 léguas da Igreja Matriz de Santa Maria, o que equivale a cerca de 39 Km. Entre os oito sujeitos que receberam a visita paroquial, Cipriano Teixeira Cezar somou o maior número. O pároco esteve cinco vezes em sua residência.

Durante essas visitas a Cipriano, localizou-se 14 diferentes sujeitos presentes em ditas ocasiões, que também batizaram seus escravos. Alguns dos visitantes à propriedade de Cipriano destacaram-se diante dos demais pela maior frequência em que estiveram lá presentes. Este é o

⁷ Assim como na maioria das regiões brasileiras, em Santa Maria, o fim do tráfico internacional resultou no aumento do preço de escravos. “O valor médio dos escravos masculinos no período de 1858-1862 era de 150,53 libras esterlinas comparando ao valor médio do escravo masculino no período de 1884-1888 (anos finais da escravidão) tem-se apenas 29,50 libras esterlinas, ou seja, uma redução no valor de 80%. Seguindo esta análise percebe-se que o valor médio das mulheres escravas sofre uma redução de 81% com relação ao primeiro período (1858-1862) e o último período (1884-1888). KULZER, *op.cit.* p.158.

caso de José Luiz de Medeiros e Faustina Maria da Conceição, conforme veremos mais detalhadamente adiante.

O primeiro passo foi identificar a relação existente entre estes sujeitos e o proprietário da residência, aventando a ideia de que compreender a sua relação nos daria elementos para entender as escolhas ligadas ao apadrinhamento de seus escravos. As ligações entre estes sujeitos poderiam representar uma importante variável para ajudar a pensar nas escolhas que envolvem os laços fictícios de seus escravos. Além da constatação óbvia de que partimos, qual seja, a existência da relação de vizinhança entre estas famílias, se somavam entre alguns deles laços de parentesco. Nesse sentido buscou-se compreender em que medida esses laços familiares (entre a família senhorial) e a vizinhança participavam das escolhas do apadrinhamento de seus escravos?

Cipriano Teixeira Cezar: vizinhos, parentes, compadres

Quadro 2. Sujeitos que batizaram escravos na propriedade de Cipriano

Nomes	Anos das visitas	Número de escravos batizados	Relação com Cipriano
Faustina Maria de Carvalho	1854, 1855, 1858, 1860, 1861, 1867	6	Vizinha
Maria Teixeira Cezar	1854	1	Irmã, vizinha
Rita Teixeira Cezar	1854	1	Irmã, vizinha
Raimundo Fagundes de Bitancourt	1855	1	Vizinha
José Luiz de Medeiros	1855, 1858, 1859, 186?, 1865, 1879	7	Cunhado, Vizinho
Capitão João Prestes dos Santos	1858	1	Vizinho
Thereza Maria de Jesus	1858	1	Vizinha
Capitão Duarte José de Oliveira	? sem referência	1	Vizinho

Rita Teixeira de Moraes	1859	1	Sobrinha, Vizinha
Ignacio Martins de Moraes	186?	1	Vizinho
Antonio José Correia	Não é referido prop. Dos padrinhos	1	Vizinho
Elias Victorino dos Santos	Idem anterior	1	Vizinho
João Ignacio Xavier	Refere em parte 1882 (2)*	2	Vizinho, casado com sobrinha, Rita Teixeira de Moraes
José Joaquim Cezar	Não refere		Vizinho

Fonte: Registros de batismo de Santa Maria da Boca do Monte. ACDSM.

*Entre parênteses está a referência ao número de dias que o pároco permaneceu na propriedade.

Além da relação de vizinhança, cinco dos quatorze sujeitos listados acima tinham laços de parentesco com Cipriano Teixeira Cezar. Maria Teixeira Cezar e Rita Teixeira Cezar eram suas irmãs. Jozé Luiz de Medeiros era casado com Rita, portanto, cunhado de Cipriano. Rita Teixeira de Moraes era sobrinha de Cipriano e casada com João Ignácio Xavier. Igualmente foi possível constatar que muitos deles tinham laços de compadrio entre si. José Luiz de Medeiros e sua esposa eram compadres dos seguintes casais: José Joaquim Cesar e sua esposa, Rita Domingues de Oliveira; Antônio José Correa; João Prestes dos Santos e sua esposa, Cristina Martins Pereira. Este último casal era compadre de Elias Victorino dos Santos e sua esposa, Senhorinha Maria Martins. Thereza Maria de Jesus, que também esteve em ocasião de visita à propriedade de Cipriano, era mãe de Cristina Martins Pereira. Os demais, Raimundo Fagundes de Bitancourt, Capitão Duarte José de Oliveira e Ignácio Martins de Moraes não pareciam transcender aos vínculos que a vizinhança proporcionava.

Padrão de apadrinhamento de escravos: em visita paroquial a Cipriano Teixeira Cesar

As visitas ocorreram em anos diferentes e, portanto, em momentos distintos do ciclo de vida daquelas famílias: nos anos de 1855; 1856, 1858, 1860, 1861, 1864, 1867, 1879, 1882⁸.

⁸ Nos anos de 1858 e 1879, os párocos estenderam a visita paroquial por dois dias à casa de Cipriano.

Ao analisar os assentos dos escravos batizados por Cipriano ao longo da segunda metade dos oitocentos, observamos que este foi detentor de pelo menos 23 escravos. Considerando o período da ocorrência dos batizados abaixo, podemos supor que grande parte destas famílias conviveram e que, portanto, Cipriano era detentor de um grande plantel, representado nas famílias que seguem.

Quadro 3. Apadrinhamento de escravos de Cipriano (em sua propriedade)

Dia	Nome	Nasc.	Filiação	Padrinho	Madrinha
7/3/1855	José	27/8/1853	Crioula Carolina	Silverio Gomes da Silva	Maria, escrava de Cipriano
11/1/1856	Boaventura	14/3/1855	Afra	Manoel Leoncio Souto	Ediviges Maria da Conceição
22/4/1858	Theodoro	1/7/1857	Afra, crioula	Marcelino, escravo de Cipriano	Domingas, escrava de Cipriano
23/4/1858	Domingas	12/4/1857	Carolina, crioula	Firmino, escravo de Joaquim Pedro de Barcelos	Fortunata, escrava do mesmo Joaquim
30/4/1860	Antonio	13/6/1859	Carolina, crioula	João Victorino Coimbra	Amelia Elizia Borges
26/11/1861	Olimpia	17/8/1861	Carolina, crioula	Marcelino, escravo de Cipriano	Maria, escrava de Cipriano
20/5/1864	Caetana	7/8/1863	Carolina, crioula	Sergio Fernandes Teixeira	Ana Faustina Maria de carvalho
24/1/1867	Felix, pardo	14/1/1866	Carolina	João Ignacio Xavier	Faustina Maria de carvalho
6/2/1879	Marcelina, preta, ingênua	3/10/1878	Carolina	Apolinario Antonio Teixeira	Claudina Santa Ana Soares
7/2/1879	Henrique, pardo, ingênuo	15/5/1878	Olimpia	? ? Dos Santos	Maria Manoela de ?

11/1/1882	Luiza, parda, ingênua	27/9/1881	Olimpia	Manoel Leandro Souto	? Martins Pereira
-----------	------------------------------	-----------	----------------	-------------------------	----------------------

Fonte: Registros batismais de Santa Maria da Boca do Monte. 1844-1882. ACDSM.

Quadro 4. Apadrinhamento de escravos de Cipriano em outros locais da freguesia

Dia	Nome	Nascimento	Filiação	Padrinho	Madrinha
2/6/186- capela São Vicente	Pedro	31/1/1861	Afra, crioula	Hipolito, escravo de Elias Victorino dos santos	Joana, escrava de Capitão Joaquim Jose Fagundes
4/5/1863 – casa de Sergio Fernandes Teixeira*	Donata	30/12/1862	Afra, crioula	Manoel Borges Ribeiro	Florinda Rodrigues de Almeida
22/1/1872 – Ermida Rincão de São Pedro	Ozorio, ingênuo, pardo	7/10/1871	Carolina	Ovidio Antonio de Souza	Faustina Maria de carvalho
24/1/1878- casa de José Luiz de Medeiros*	Benta, preta, ingênua	8/9/1874	Carolina	Apolinario Antonio Teixeira	Claudina Soares
13/9/1882 – paróquia de Santa maria	Sabina, preta, ingênua	29/8/1882	Caetana	Manoel Victorino dos Santos	Deolinda Ferreira Braga
15/3/1853 – capela de São Pedro	Pedro	2 meses	Afra	Rufino Salvador	Maria Barbara

Fonte: Registros batismais de Santa Maria da Boca do Monte. ACDSM.

*Rincão de São Pedro

Famílias escravas do plantel de Cipriano

Diagrama 1. Filhos da crioula Carolina:

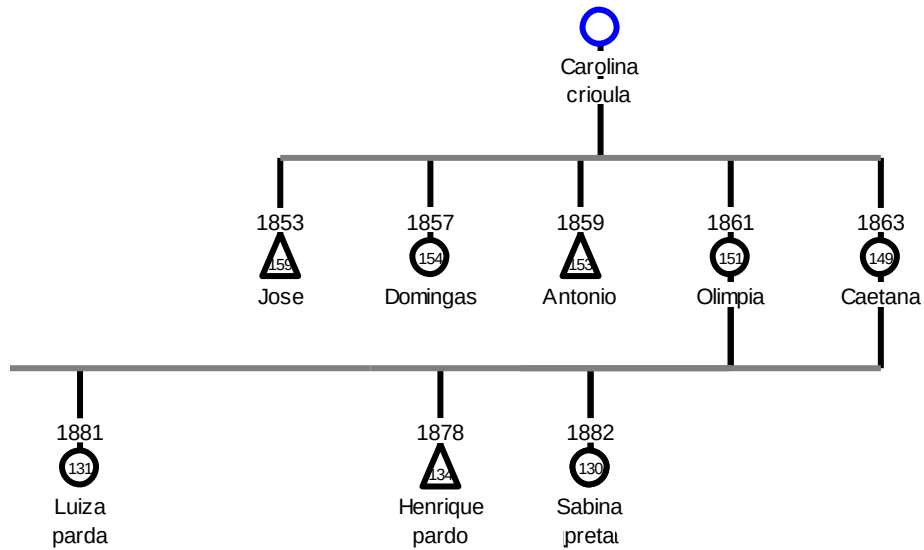


Diagrama 2. Filhos de Carolina

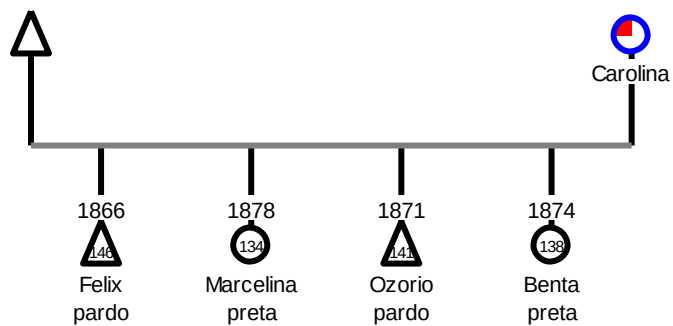
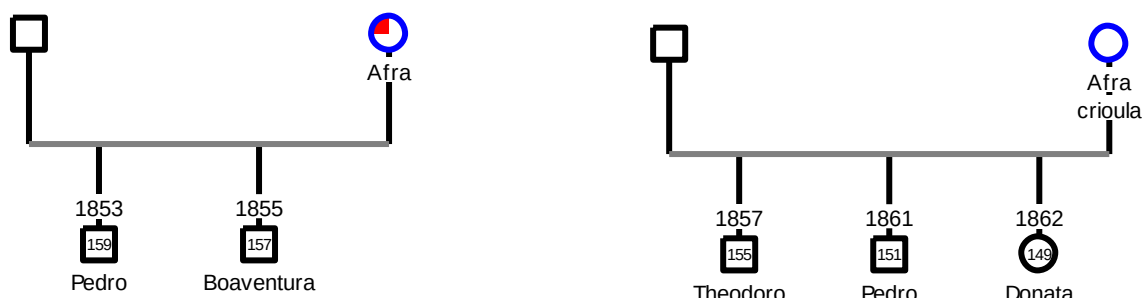


Diagrama 3. Filhos de Afra

Diagrama 4. Filhos da crioula Afra



A seguir, analisamos os padrinhos dos escravos correspondentes a estas famílias.

Quadro 5. Padrinhos dos filhos da crioula Carolina

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição Jurídica
José	Silvério Gomes da Silva	Maria (Cipriano)	L/E
Domingas	Firmino (Joaquim Pedro de Barcellos)	Fortunata (Joaquim Pedro de Barcellos)	E/E
Antônio	João Victorino Coimbra	Amelia Elizia Borges	L/L
<u>Olímpia</u>	Marcelino (Cipriano)	Maria (Cipriano)	E/E
<u>Caetana</u>	Sergio Fernandes Teixeira	Faustina Maria de Carvalho	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882. ACDSM. Para este e os demais quadros estão representados os batizados, seu padrinho e madrinha e a condição jurídica destes últimos. Para o caso de escravo (E) e para o caso de livre (L).

Quadro 6. Padrinhos dos netos ingênuos da crioula Carolina

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
Henrique (filho de Olímpia)	(ilegível)	(ilegível)	-
Luiza (filha de Olímpia)	Manoel Leôncio Souto	Cristina Martins Pereira	L/L
Sabina (filha de Caetana)	Manoel Victorino dos Santos	Deolinda Ferreira Braga	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882. ACDSM.

Quadro 7. Padrinhos dos filhos de Carolina

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
Felix, pardo	João Ignácio Xavier	Faustina Maria de Carvalho	L/L
Ozório	Apolinário Antonio Teixeira	Claudina Santa Ana Soares	L/L
Benta	Apolinário Antonio Teixeira	Claudina Santa Ana Soares	L/L
Pedro	Ovidio Antonio de Souza	Faustina Maria de Carvalho	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882. ACDSM. Na condição, L é para livres.

Quadro 8. Padrinhos dos filhos da crioula Afra

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
Theodoro	Marcelino (Cipriano)	Domingas (Cipriano)	E/E
Pedro	Hipólito (Elias Victorino dos Santos)	Joana (Capitão Joaquim José Fagundes)	E/E
Donata	Manoel Borges Ribeiro	Florinda Rodrigues de Almeida	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882. ACDSM.

Quadro 9. Padrinhos dos filhos de Afra

Batizando	Padrinho	Madrinha	Condição
Boaventura	Manoel Leôncio Souto	Ediviges Maria da Conceição	L/L
Pedro	Rufino Salvador	Maria Bárbara	L/L

Fonte: Registros de batismo. Santa Maria. 1844-1882. ACDSM.

Dentre a mais notável característica entre as famílias acima elencadas estão os laços consensuais envolvendo a população escrava na região e período deste estudo,⁹ ou seja, há composição de núcleos familiares estabelecidos sem a presença do casamento, porém, estáveis, conforme fica sugerido nas três gerações de famílias que aqui se apressentam e que dialogam (reforçando) com o crescimento de escravos (via reprodução endógena) traçado na primeira parte deste artigo.

O segundo aspecto, refere-se ao apadrinhamento das crianças pertencentes ao plantel de Cipriano. As escolhas para os padrinhos dos filhos dessas famílias indicam a presença de um projeto inserido em uma lógica própria de estratégias. Primeiramente, o grande número de escravos que compunha a escravaria de Cipriano não significou a escolha destes por padrinhos de mesma condição jurídica e pertencentes ao mesmo plantel. Havia, ao contrário, uma combinação de escolhas, envolvendo sujeitos de distintas condições sociais. Embora a ausência de informações sobre determinados padrinhos e madrinhas, há para a maioria, um determinado padrão ou critério similar de escolha de padrinhos: quando os padrinhos eram escravos, normalmente provenientes do próprio plantel de seus afilhados (plantel de Cipriano) ou da vizinhança. Não há novidades relevantes aí a não ser a confirmação do que outros estudos já vêm apontando, ou seja, a variável geográfica como instrumento de socialização importante à conformação de laços de parentesco futuros¹⁰. Por outro lado, demonstra que o aspecto demográfico do plantel (estrutura de posse) a que um escravo pertencia não é capaz de, sozinho, explicar as motivações das escolhas que envolviam os laços de apadrinhamento e compadrio, ou seja, o fato de pertencer a um grande plantel não determinava a escolha de parceiros de cativeiro para o estabelecimento do vínculo. Este dado sugere que estas escolhas não eram aleatórias. Ao contrário, há ao invés disso um certo perfil de apadrinhamento, que tende a aproximar os padrinhos escolhidos por estas famílias. No que se refere a isso, o primeiro ponto de destaque é o fato de que os padrinhos escolhidos para estas ocasiões também haviam sido em outras, de mesmo caráter. Explico: os padrinhos das famílias escravas elencadas acima

⁹ Tratamos desta questão no capítulo V da tese: SILVEIRA GUTERRES, Letícia. **Escravidão, Família e Compadrio ao Sul do Império do Brasil: Santa Maria (1844-1882)**. Tese de Doutorado. UFRJ: 2013.

¹⁰ ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista**. População, família e parentesco espiritual. São Paulo: Unesp, 2009.

exercem um desempenho similar na pia batismal. Todos eles costumavam apadrinhar outros escravos e/ou crianças frutos de laços ilegítimos (maioria) e legítimos (em alguns casos). No caso de padrinhos livres, também havia um determinado perfil de apadrinhamento. Além de alguns dos filhos das famílias de escravos aqui analisados, esses sujeitos tinham em comum apadrinhar um largo espectro de sujeitos, representantes de diferentes condições sociais e jurídicas. Todos eles, entretanto, apadrinhavam escravos e crianças, frutos de uniões ilegítimas, o que indica um componente de identificação e reciprocidade nos laços que aí se conformam. Ou seja, se isso indica um certo prestígio desses padrinhos, também informa escolhas pautadas em uma lógica própria. Escolhas essas que as famílias desses escravos batizados participam e reconhecem. O prestígio dos sujeitos escolhidos, nesse caso, não prescindiam de características que indicam a reciprocidade. Dito de outro modo, a Dona ou o Capitão escolhidos, ou o grande criador, ou o dono de casa de comércio, agrupavam apadrinhamentos por sujeitos de condições sociais semelhantes aos escravos de Cipriano.

Além disso, outro aspecto não menos importante, é que grande parte dos padrinhos eram, além de vizinhos, compadres entre si. Alguns deles tinham laços de consanguinidade entre si, extrapolando o parentesco fictício. Outrossim, a concentração de escolhas na figura de uma madrinha, Faustina Maria de Carvalho, parecia imputar à ela a coalização parental desejada.

Referências bibliográficas

BELINAZO, Terezinha. **A população da paróquia de Santa Maria da Boca do Monte (1844-1882)**. Santa Maria: UFSM – Dissertação de Mestrado, 1981.

CAMPOS, Adriana Pereira. **Escravidão, reprodução endógena e crioulistização: o caso do Espírito Santo nos Oitocentos**. Topoi, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 84-96.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravidão no Brasil. 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790- c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

KULZER, Glaucia. **De sacramento à Boca do Monte**: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX). Dissertação de Mestrado – UNISINOS. São Leopoldo, 2009.

OSÓRIO, Helen. **Fronteira, escravidão e pecuária**: Rio Grande do Sul no período colonial. Acessível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h4-09.pdf>

PERUSSATO, Melina K. **Como se de ventre livre nascesse**. Experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão. Rio Pardo/RS. 1860-1888. Dissertação de Mestrado – UNISINOS, 2010.

ROCHA, Solange Pereira. **Gente negra na Paraíba oitocentista**. População, família e parentesco espiritual. São Paulo: Unesp, 2009.

SANTANA, Napoliana Pereira. **“Nasceo M. [Minha] cria”**: família escrava e reprodução natural no Sertão do São Francisco (Urubu, 1840-1880). In: Anais I Seminário do Grupo de Pesquisa, Cultura, Sociedade e Linguagem: os sertões da Bahia. Caetité, V.1, n.1, Out. 2011.

SILVEIRA GUTERRES, Letícia. **Escravidão, Família e Compadrio ao Sul do Império do Brasil**: Santa Maria (1844-1882). Tese de Doutorado. UFRJ: 2013.

SLENES, Robert. W. **Na senzala uma flor**: esperanças e recordações da família escrava (Brasil sudeste, século XIX). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.